

D. ANTÓNIO CAETANO MACIEL CALHEIROS,
ARCEBISPO DE LACEDEMÓNIA:
NOTAS PARA UMA BIOGRAFIA PESSOAL E INSTITUCIONAL *

TERESA PONCES **

Introdução

A Igreja lisbonense teve no seu passado, entre o período setecentista e oitocentista, seis prelados detentores do título arquiépiscopal de Lacedemónia. D. António Caetano Maciel Calheiros, que viveu nos séculos XVIII e XIX, insere-se nessa plêiade. Como vigário-geral e provisor do Patriarcado, foi a segunda figura da administração episcopal, logo abaixo do bispo, durante mais de três décadas; com aquele cargo, foi o quinto a adquirir essa dignidade. É de crer que o percurso destes titulares ainda esteja em grande parte por conhecer, mas a sua memória está registada em vários escritos. Entre outros, a obra de Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, vem comprová-lo, revelando-os com resumos biográficos, que podem servir como ponto de partida para novos estudos e outras investigações.

Relativamente a D. António Maciel Calheiros, o referido autor oferece-nos nessa obra, um parágrafo com breves notícias, donde se recolhe a naturalidade e a data em que foi preconizado arcebispo. Contudo, acresce a exigência de quem quer ser rigoroso, quando as palavras textuais dizem: “Ignoramos outras circunstâncias da sua vida, e também a data do falecimento”¹. Na verdade, constatámos

* Agradeço à Professora Doutora Lurdes Rosa o incitamento e as sugestões dadas, que contribuíram para a elaboração das presentes notas. Agradeço, também, ao Prof. Doutor D. Manuel Clemente e ao Cônego Doutor Manuel Lourenço a leitura crítica que fizeram a este trabalho.

** Licenciada em História e pós-graduada em Ciências da Educação. Trabalha no Arquivo do Patriarcado de Lisboa.

¹ ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. Porto/Lisboa: Livraria Civilização Editora, 1970, Vol. 3, p. 467.

que os informes são por todo o lado diminutos e pouco esclarecedores. Basta lembrar que até o dia do nascimento aparece muitas vezes incorrecto e o da morte nunca foi apurado.

Começando pelas obras de referência, apenas as mais antigas mencionam Maciel Calheiros e ou repetem o que vem na já citada *História da Igreja*² ou, ao tratarem Viana do Castelo, em artigo próprio³, incluem o nome do arcebispo entre os vianenses ilustres, sem qualquer outra indicação.

De entre as monografias do Minho vale a pena destacar *Os Estrangeiros do Lima*⁴, trabalho publicado entre 1785 e 1791, que traça de forma breve o percurso de António Caetano Maciel e no relato deixado salienta as suas qualidades, o que não deixa de ser um verdadeiro testemunho histórico.

Datado do século XIX há um pleito impresso⁵ que tem em apenso algumas provisões relativas ao governo diocesano, sendo frequente a menção ao vigário-geral. Foi a esse título que o utilizámos.

Quanto à bibliografia relativa à ascendência do Arcebispo⁶, quer também à que se reporta a Lisboa, numa alusão à zona do Salitre através dos tempos⁷, encontram-se respectivamente referências à sua identidade e à sua morada.

Por outro lado, os estudos que se enquadram no âmbito da Universidade de Coimbra só o lembram como substituto de Cânones com privilégios de Lente⁸,

² Cf. *GRANDE Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa. Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, s.d., Vol. 5, p. 498.

³ Cf. LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho – *Portugal Antigo e Moderno*. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Cardosos, 1882, vol. 10, p. 427. PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme – *Portugal Dicionário Histórico, Chorographico, Biographico, Bibliographico, Heraldico, Numismatico e Artistico*. Lisboa: João Romano Torres & C^a Editores, 1915. Vol. 7, p. 420. COSTA, Américo – *Dicionário Corográfico de Portugal Continental e Insular*. Porto: Livraria Civilização, 1949, Vol. 12, p. 360.

⁴ Cf. BEZERRA, Manuel Gomes de Lima – *Os Estrangeiros no Lima*. Viana do Castelo: Edição Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1992, vol. 2, pp. 135-136.

⁵ Cf. PINTO, João de Deos Antunes – *Resposta Á Petição de Recurso Á Coroa, Que contra o Eminentissimo e Reverendissimo Senhor Cardeal Patriarcha levou Perante a Relação de Lisboa O Excelentissimo e Reverendissimo Senhor Arcebispo de Mytilene, Oferecida nos Autos do mesmo Recurso*, Lisboa, Typografia de G. M. Martins, 1856.

⁶ Cf. SILVA, António Lambert Pereira da – *Nobres casas de Portugal*. Porto: Livraria Tavares Martins, 1958, vol. IV, p. 58. GAYO, Manuel da Costa Felgueiras – *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Braga: Edição de Carvalhos de Basto, 1990, Vol. VII, Tomo XIX, pp. 55-57. Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo (usaremos a partir de agora as iniciais IAN/TT), *Genealogias Manuscritas – Nobiliário Queirós*, Livro 30, fl. 51v.

⁷ Cf. SEQUEIRA, Gustavo Matos – *Depois do Terramoto: Subsídios para a História dos Bairros Ocidentais de Lisboa*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1967, Vol. 2, pp. 315-322.

⁸ Cf. VASCONCELOS, António de – *Escritos Vários*. S.l.: Tipografia Lausanense,

mas a *Memoria Professorum Vniuersitatis Conimbrigensis* ⁹, ao enunciar os docentes que de 1772 a 1937 prestaram serviço nessa instituição de ensino, dá-nos conta de mais detalhes ¹⁰.

Deste modo, face à quase total ausência de datas e com tão poucos relatos, a maioria sem fundamento documental, foi difícil, se não impossível, através do manusear dos livros encontrar um fio condutor que nos mostrasse com veracidade os passos decisivos daquele que em 1780 se tornou arcebispo de Lacedemónia. Recorremos assim a diversos arquivos e bibliotecas.

Estribado em documentação inédita, o presente trabalho é o resultado de um acumular de pesquisas desenvolvidas em várias etapas. Tentando seguir cuidadosamente o método escrupuloso da investigação, procurámos ressuscitar um dos principais intervenientes da máquina administrativa da diocese lisbonense.

Por fim, ao vasculharmos as fontes escritas respeitantes às diferentes fases da sua vida, foi nosso propósito reconstituir, em imagens fidedignas, a trajectória percorrida pelo arcebispo de Lacedemónia. O levantamento dos registos será dado sob forma de “nota de investigação”, apresentando-se aqui somente os resultados a que chegámos, e que apenas pretendem constituir bases seguras para uma biografia de António Caetano Maciel Calheiros.

1. De Viana do Castelo a Coimbra: do berço à Universidade

Em 1734, no dia 25 de Junho, nasceu, no seio de uma família minhota, uma criança a quem se pôs o nome de António Caetano ¹¹. O Baptismo foi celebrado na igreja paroquial de Monserrate de Viana do Castelo, a 5 de Agosto, pelo Reverendo António de Lima Barreto, e os padrinhos escolhidos foram: o Doutor Manuel de Matos, Lente de Véspera da Universidade de Coimbra e a Dona Maria Caetana, representados respectivamente por Martim Quezado Jacome de Vilas Boas e pelo capitão de cavalos, Belchior Pacheco da Gama ¹².

Os pais, Francisco Xavier Calheiros Bezerra e Araújo e Catarina Maciel, haviam decidido pedir licença à arquidiocese de Braga para poderem celebrar a

1987, Vol. 1, p. 364. LEMOS, Francisco de – *Relação Geral do Estado da Universidade (1777)*. Coimbra: Pedrulha Editora, 1980, p. 59.

⁹ Cf. RODRIGUES, Manuel Augusto, dir – *MEMORIA PROFESSORVM VNIVERSITATIS CONIMBRIGENSIS 1772-1937*. Coimbra: Edição Arquivo Universidade de Coimbra, 1992, vol. II, p. 92.

¹⁰ Veja-se a nota 40. Os detalhes referem-se ainda a algumas das funções de Maciel Calheiros: colegial do Colégio dos Militares, Lente, monsenhor e arcebispo de Lacedemónia.

¹¹ Cf. ARQUIVO Distrital de Viana do Castelo (usaremos a partir de agora as iniciais ADVC), *Paroquial de Viana do Castelo – Monserrate, Baptismo*, Livro Nas. 7, 1729-1749, (3.19.4.22), fl. 58v.

¹² Cf. *Ibid.*

Eucaristia no oratório particular da sua residência ¹³, situada então na Rua de S. Sebastião ¹⁴. Faltava mais de um mês para o nascimento deste filho, o segundo do casal ¹⁵, quando a 9 de Maio o coadjutor da paróquia, o padre Agostinho Esteves de Carvalho, seguindo os trâmites necessários, visita o local e constata que o pequeno templo está fechado por paredes, livre de toda a luz da casa, mostrando ter no seu interior um altar bem ornado, com todos os seus cálices de prata e os paramentos necessários ao culto divino ¹⁶. A moradia passava, assim, a ter um recinto sagrado destinado aos que lá habitavam.

No que respeita a António Caetano nada sabemos acerca dos seus primeiros passos, nem tão-pouco da formação inicial recebida. Apenas, podemos supor que tenha ingressado, muito jovem, na ordem de Avis, como candidato a freire conventual, por influência de Filipe Maciel, o tio materno ¹⁷. Como deputado da Mesa da Consciência e Ordens ¹⁸, o tribunal que, entre outros negócios, resolvia em primeira e última instância os relativos às Ordens Militares ¹⁹, terá supostamente sido sensível ao futuro do sobrinho.

Deslocando-se para Avis, acolheu ao convento onde se manteve, seguramente, durante dois anos ²⁰. As condições de acesso definidas nos estatutos impunham ao candidato não provir de estrato social baixo, ter catorze anos de idade e dominar suficientemente o latim ²¹. Depois de cumpridos vinte e quatro meses de vida conventual havia quem seguisse para o colégio de Coimbra. Chamava-se Colégio dos Militares o estabelecimento que no séc. XVII se construiu para admitir, após “dois anos completos de religião”, os freires conventuais de S. Tiago de Espada, com sede em Palmela, e os de S. Bento de Avis ²². O próprio edifício era conhecido pela fachada; mostrava a quem se destinava, pois “(...) no frontispício

¹³ Cf. ARQUIVO Distrital de Braga (usaremos a partir de agora as iniciais ADB), *Registo Geral*, Livro 97, fls. 395-395v.

¹⁴ Cf. ADVC, *Paroquial de Viana do Castelo...*, fl. 58v.

¹⁵ Cf. GAYO – *Nobiliário de Famílias...*, p. 56.

¹⁶ Cf. ADB, *Registo Geral...*, fl. 395v.

¹⁷ Cf. GAIO – *Nobiliário de Famílias...*, p. 55.

¹⁸ A aposentadoria do deputado Filipe Maciel ocorre a 29 de Novembro de 1757. Cf. IAN/TT, *Mesa da Consciência e Ordens*, Livro 315, fl. 249.

¹⁹ Cf. SERRÃO, Joel – *Dicionário de História de Portugal*. S.l.: Companhia Editora do Minho, 1984, Vol. 4, p. 278.

²⁰ Se os candidatos ao Colégio dos Militares de Coimbra não tivessem os dois anos de convento apresentavam um requerimento ao rei. Com António Caetano isso não veio acontecer, o que leva a crer que aí se manteve durante o tempo estipulado.

²¹ Cf. REGRAS, *Statutos & Definições da Ordem Militar de S. Bento*. Lisboa: Iorge Rodriz, 1631, p. 66.

²² Cf. VASCONCELOS, António de – *Os Colégios Universitários de Coimbra*. Coimbra: Coimbra Editora, 1938, pp. 125-126.

dele se pintaraõ os dous habitos de huma, e outra ordem”²³. Com capacidade para doze colegiais, seis de cada proveniência e para mais quatro porcionistas²⁴, a finalidade da casa, que estava de modo especial sob a protecção real, applicava-se a todos os que tencionassem cursar na Universidade Teologia e Direito Canónico. Era este o propósito de António Caetano Maciel Calheiros. Contava dezasseis anos de idade, quando, em Outubro de 1750, dirige uma petição ao rei, mostrando desejo de se instalar no Colégio das Ordens.²⁵ De facto, se a provisão de 10 de Dezembro²⁶ lhe abre as portas, o alvará real com data de 17 do referido mês²⁷ oferece perspectivas de futuro mais concretas, lembrando ao dirigente da instituição o juramento dos estatutos que Maciel Calheiros terá de prestar antes de passar ao regime de colegial.

Ao situar-se já nesta categoria, o aluno recém-chegado partilha o Colégio com o futuro reitor e reformador da Universidade e mais tarde bispo da diocese de Coimbra, Francisco de Lemos Faria Pereira Coutinho²⁸, também freire conventual de S. Bento de Avis. Eram condiscípulos e ambos cursavam Cânones. Os estudantes podiam aceder à livreria²⁹, que ficava no interior da residência, e recolhiam-se na cela. Estando integrada no dormitório, esta pequena dependência caracterizava-se pela sua modéstia. Além de um leito de pau e de uma cadeira, salientava-se para a leitura e a escrita uma banca com estantes e nela havia, ainda, um espaço fechado destinado à indumentária tão essencial para a comunidade que aqui habitava³⁰. Todos os colegiais eram obrigados a usar lobas pretas com a cruz da sua Ordem. Aos ombros traziam a beca também da mesma cor, que era posta com perícia e muito jeito, porque a cruz tinha de estar sempre descoberta de modo a ser sempre vista³¹.

Cumprindo aquilo que lhe era exigido, aos 19 de Maio de 1755, Maciel Calheiros faz o seu exame de bacharel, sendo aprovado com a classificação

²³ Cf. IAN/TT, *Mesa da Consciência e Ordens – Ordem de Avis, Colégio dos Militares de Coimbra*, M 3, Caixa 492, “Parte dos Estatutos do Colégio dos Militares...”, Doc. nº 51.

²⁴ Cf. *Ibid.*

²⁵ Cf. IAN/TT, *Mesa da Consciência e Ordens – Ordem de Avis, Colégio dos Militares de Coimbra*, M 2, Doc. nº 33.

²⁶ Cf. IAN/TT, *Chancelaria da Ordem de Avis*, Livro 33, fl. 369v.

²⁷ Cf. *Ibid.*, fls 370v-371.

²⁸ Cf. ARQUIVO da Universidade de Coimbra (usaremos a partir de agora as iniciais AUC), *António Caetano Maciel Calheiros – Provas de Curso 1750-1756*.

²⁹ Sobre este assunto ver CRUZ, António – *A Livreria do Colégio das Ordens Militares de Coimbra*. Porto: Imprensa Moderna, 1941. (Sep. da Revista *Prisma*).

³⁰ Cf. IAN/TT, *Mesa da Consciência e Ordens – Ordem de Avis, Colégio dos Militares de Coimbra*, M 3, Caixa 492, “Parte dos Estatutos do Colégio dos Militares...”, Doc. nº 51.

³¹ Cf. *Ibid.*

nemine discrepante.³² Graduado com plena satisfação dos seus mestres, pretendia então fazer “actos grandes” e doutorar-se na mesma Faculdade para efeito de ficar opositor. Por isso, em Junho solicita ao rei a prorrogação de tempo da colegiatura³³, pelo que receberá pouco depois um parecer favorável do reitor³⁴. Se a 1ª licença é passada a 5 Janeiro de 1756³⁵, só depois de feitos os exames de Formatura e Suficiência³⁶, respectivamente em 20 de Março e 5 de Abril, é que chega a provisão do monarca que o reconduz realmente na beca³⁷, significando que pode permanecer no Colégio, no lugar que até então ocupava. Deverá dizer-se que esta provisão é precedida da opinião favorável do superior da Instituição que a respeito do aluno traçava o seguinte presságio: “(...) continuando elle em estudar, como tem feito té o presente, o será bom; e depois bom mestre, vindo assim a ser util ao mesmo collegio e ás ordens”³⁸. De facto, a restante carreira académica decorre com brevidade e sucesso. Depois de passar a 4 de Maio, do mesmo ano, a prova de Repetição³⁹, tira logo no dia 8 o grau de licenciatura e passados treze dias adquire as insígnias doutorais⁴⁰. O aproveitamento escolar e a qualificação de “Muito Bom estudante”⁴¹ beneficiá-lo-iam, com toda a probabilidade, no caminho que iria trilhar.

Demorando-se em Coimbra até 1779, Maciel Calheiros, já na condição de colegial Doutor, serve o Colégio e a Universidade, como opositor e como Lente⁴². Por decreto de 11 de Setembro de 1772 é nomeado para substituto, com privilégios de Lente, da cadeira de Decreto⁴³.

Decorria, então, a reforma no seio do organismo do Ensino Superior, em que grande parte do corpo docente antigo se estava a aposentar, ficando somente aqueles que pelos seus conhecimentos e metodologias científicas mereciam confiança⁴⁴.

³² Cf. AUC, *Livro de Actos e Graus – 1754-1755*, Vol. 89-IV-1ª D-1-2-33, fl. 47.

³³ Cf. IAN/TT, *Mesa da Consciência e Ordens – Ordem de Avis, Colégio dos Militares de Coimbra*, M 2, Doc. nº 9.

³⁴ Cf. *Ibid.*, doc. nº 10, (20/10/1755).

³⁵ Cf. IAN/TT, *Chancelaria da Ordem de Avis*, Livro 37, fls. 324-324v.

³⁶ Cf. AUC, *Livro de Actos e Graus – 1755-1756*, Vol. 90-IV-1ª D-1-2-34, fls. 56, 78.

³⁷ Cf. IAN/TT, *Chancelaria da Ordem de Avis*, Livro 37, fls. 325-325v.

³⁸ Cf. IAN/TT, *Mesa da Consciência e Ordens – Ordem de Avis, Colégio dos Militares de Coimbra*, M2, Doc. nº 9.

³⁹ Cf. AUC, *Livro dos Actos e Graus – 1755-1756*, Vol. 90-IV-1ª D-1-2-34, fl. 80.

⁴⁰ Cf. RODRIGUES, *MEMORIA PROFESSORVM...*, p. 92.

⁴¹ AUC, *Livro de Informações – 1732-1771*, IV – 1ª D-2-1-53-22.6.1756, fl. 229v.

⁴² Cf. IAN/TT, *Mesa da Consciência e Ordens – Ordem de Avis, Colégio dos Militares*, M 3, Caixa 492, Doc. nº 3.

⁴³ Cf. AUC, *Alvarás, Decretos, Cartas Régias, Avisos*, Vol. 1-IV-1ª D-3-2-7-11.9.1772, fl. 19.

⁴⁴ Cf., a este respeito, as reflexões oportunas de VASCONCELOS, António de – *Escritos Vários...*, pp. 131-136. Ver, também, GOMES, Joaquim Ferreira – *O Marquês de*

Em carta datada de 27 de Outubro desse ano, o rei D. José dá conta ao reitor do diploma em que promovia Fr. António e aproveitando o ensejo lembrava o ordenado, honras e privilégios que competia dar aos que como ele fossem preencher esse lugar ⁴⁵.

Logo no ano de 1772, em que começou a leccionar a 1ª Sintética de Cânones, o Fr. Doutor não foi esquecido pelo rei, que, como padroeiro e mestre da Ordem e Cavalaria de S. Bento de Avis, o apresenta em um dos dezassete benefícios simples da Colegiada de S. João Baptista de Coruche ⁴⁶, composta por estes religiosos. Estava-se a 16 de Setembro e o novo beneficiado, ao pagar a meia anata, passava a usar e a gozar de todas as graças, privilégios e liberdades que pela Santa Sé eram concedidos e outorgados a estes freires que contribuíam logo com o rendimento do seu benefício ⁴⁷.

2. De Coimbra a Lisboa: de reitor a vigário-geral

É provável que o valor do Doutor Maciel Calheiros fosse reconhecido, uma vez que vemos as suas funções crescendo em importância. De vice-reitor do Colégio dos Militares ⁴⁸ foi elevado ao cargo máximo dessa instituição a 14 de Junho de 1777 por D. Maria I, que o nomeia reitor por um período de três anos ⁴⁹. Mas não chegou ao termo do triénio, suspendeu o exercício e interrompeu também o percurso das aulas, porque a 31 de Maio de 1779 foi eleito ministro de hábito prelatício da Igreja Patriarcal de Lisboa ⁵⁰. Os prelados desta Igreja estavam sujeitos a uma ordem hierárquica. António Caetano Maciel Calheiros tinha sido feito monsenhor mitrado ⁵¹ e por isso usava insígnias episcopais e tinha o exercício do “pontifical” ⁵². A um nível abaixo encontravam-se os protonotários, depois os subdiáconos e por último os

Pombal e as reformas do ensino. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989, pp. 77-92 e, ainda, PRATA, Manuel Carvalho – A Universidade e a Sociedade Portuguesa na 2ª metade do século XVIII. In ARAÚJO, Ana Cristina, coord. – *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2000, pp. 291-315.

⁴⁵ Cf. AUC, *Registo Geral da Universidade*, Vol. 1-IV-1ª D-3-2-30-fls. 23-23v.

⁴⁶ Cf. IAN/TT, *Chancelaria da Ordem de Avis*, Livro 41, fls. 408-408v.

⁴⁷ Cf. *Ibid.*, fl. 408v.

⁴⁸ Em 1775 o Doutor António Maciel Calheiros já era vice-reitor do Colégio. (Cf. IAN/TT, *MCO – Ordem de Avis, Colégio Militar*, M 3, Caixa 492, Doc. nº 41).

⁴⁹ Cf. IAN/TT, *Chancelaria da Ordem de Avis – D. Maria I*, Livro 2, fls. 345v-346.

⁵⁰ Cf. Biblioteca da Ajuda, *Promoção de Monsenhores e Conegos em 31 de Maio de 1779*, 54-IV-34 (41).

⁵¹ Cf. *Ibid.*

⁵² Pontifical é o nome que se dá à celebração solene da Eucaristia presidida pelo Bispo.

acólitos. Todos eles eram monsenhores: pertenciam ao corpo do clero e cabia-lhes como principal missão as funções do altar e o ofício do coro ⁵³. Relativamente ao ano de 1780, o livro dos *Assentos das Desobrigas da Santa Igreja Patriarcal* dá-nos conta de trinta e três monsenhores e na listagem oferecida, sem qualquer menção à categoria de cada um, surge em 8º lugar a referência a António Caetano Maciel Calheiros ⁵⁴. Percorrendo os estatutos da Igreja Patriarcal, impressos no ano seguinte, deparamo-nos com as obrigações dos prelados mitrados e nesse âmbito o ponto 4 diz que: “Nas Pocissoens hirão paramentados de Pontifical, e depois dellas cantarão a Missa, os que por turno se seguirem; ficando izento da assistencia do coro em as manhãs das Procissoens, o que houver de celebrar a Missa, por cujo motivo se achará preparado na Igreja, onde se fizer a Estação, e ahi esperará o tempo opportuno de se revestir: mas o que na Procissão vier paramentado, deve assistir á Missa depois da mesma Procissão” ⁵⁵.

Como se sabe, a Igreja Patriarcal era ainda composta por outros ministros ⁵⁶. Os referidos prelados estavam como que a meio da graduação, porque acima dos monsenhores situavam-se os principais e abaixo daqueles havia ainda cônegos, beneficiados e clérigos beneficiados. À frente de todos apresentava-se o patriarca que por seu turno tinha a responsabilidade de uma diocese vastíssima para governar ⁵⁷. Ora, no final do ano de 1779, D. José de Sousa e Silva, o cardeal de Lisboa, vai confrontar-se com a necessidade de escolher alguém para seu colaborador mais próximo. Achava-se vago o cargo de provisor e vigário-geral do patriarcado, uma vez que D. António Bonifácio Coelho, que até então desempenhara essas funções, tinha sido promovido a bispo de Leiria ⁵⁸. Neste sentido, o cardeal-patriarca, entre aqueles que lhe eram mais próximos, indica o nome de António Maciel Calheiros, uma escolha feita em função das “letras e virtudes” de que era dotado este prelado ⁵⁹, e por decreto de 1 de Dezembro desse ano chega a sua nomeação ⁶⁰.

⁵³ Cf. Arquivo Histórico do Patriarcado (usaremos a partir de agora as iniciais AHP), *Livraria* n° 7, Doc. n° 22, 2 de Fevereiro de 1789, fls. 6-7.

⁵⁴ Cf. AHP, *Livro dos Assentos das Desobrigas da Santa Igreja Patriarcal: 1779-1786*, (Ms 1092), fls. 22v-23.

⁵⁵ Cf. AHP, *Livraria* n° 5, Doc. n° 3, fl. 14.

⁵⁶ Cf., sobre este assunto, OLIVEIRA, Miguel – *Privilégios do Cabido da Sé Patriarcal de Lisboa*. Lisboa: União Gráfica, 1950, p. 16 e, ainda, CLEMENTE, Manuel – Lisboa, Diocese e patriarcado de. In AZEVEDO, Carlos Moreira, dir – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2001, p. 105.

⁵⁷ Cf. BEZERRA – *Os Estrangeiros no Lima*, p. 136.

⁵⁸ D. António Bonifácio Coelho não chegou a tomar posse do bispado. Em 1780 era bispo de Leiria D. Lourenço de Alencastre ou Lencastre. (Cf. ALMEIDA – *História da Igreja...*, p. 550).

⁵⁹ Cf. AHP, *Registo de Decretos do Patriarcado de Lisboa 1759-1800*, (Ms 403), fl. 118.

⁶⁰ Cf. AHP, *Registo Geral da Câmara Patriarcal, 1766-1782*, (Ms 377), fls. 169v-170.

O vigário-geral da diocese de Lisboa foi desde sempre um coadjutor com possibilidades de substituir o metropolitano, porque o território era já extensíssimo e as ocupações múltiplas ⁶¹. Por isso desde séculos anteriores, quando os prelados desta Igreja ainda eram arcebispos costumavam ter um bispo de anel como seu sufragâneo para os poderem coadjuvar ou fazer as suas vezes nas funções pontificais e nas jurisdicionais, sempre que assim o entendessem ⁶². Chamavam-se “bispos sem bispado”, significando que eram titulares de antigas dioceses subtraídas ao catolicismo ⁶³. Possuíam o título e as insígnias de bispo, mas não tinham jurisdição própria. Este subordinado do prelado da diocese, que era feito bispo pela Santa Sé, ascende logo no primeiro quartel setecentista na hierarquia da Igreja. Deverá lembrar-se este facto, porque em 1718 o primeiro patriarca de Lisboa pediu ao pontífice que o seu vigário fosse agraciado com o título de arcebispo. Na sequência da intercessão de el-rei, Clemente XI, em 3 de Outubro do mesmo ano, concedeu-lho com a cláusula *pro hac vice tantum, et dummodo hujusmodi concessio non transeat in exemplum* ⁶⁴. Apesar da dita cláusula, a partir daí deu-se a todos os vigários-gerais do Patriarcado o título arquiépiscopal de Lacedemónia e só no século XIX, quando se criou o reino da Grécia, no qual se incluía a Lacedemónia, é que passou a ser substituído pelo de Mitilene ⁶⁵. De facto, a partir do século XVIII verificou-se o melhoramento do título e do tratamento, mas os ditos coadjutores não deixaram de ser como antes bispos de anel ou *Arcebispos in partibus infidelium* ⁶⁶, sem diocese própria, sem súbditos sobre quem pudessem exercer jurisdição. Era sempre o sumo pontífice quem os provia, como veio a suceder com António Caetano Maciel Calheiros.

Através da bula de Pio VI *Divina disponente clementia*, dada em Roma a 18 de Setembro de 1780, surgiu a sua nomeação para arcebispo de Lacedemónia ⁶⁷, que acabava por confirmar a já efectuada pela coroa ⁶⁸. Foi sagrado a 21 de Dezembro do mesmo ano ⁶⁹ e no dia seguinte fez o juramento dos cargos inerentes

⁶¹ Cf. CICOURO, Manuel José Fernandes – *Observações ácerca da Suspensão que o Eminentíssimo e Reverendíssimo Senhor Cardeal Patriarca de Lisboa Mandou Intimar ao Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Arcebispo de Mitylene das Funções Pontificaes e Jurisdiccionaes no Seu Patriarchado*. Lisboa: Typographia e G. M. Martins, 1856, p. 20.

⁶² Cf. *Ibid.*

⁶³ Cf. *Ibid.*, p. 12.

⁶⁴ Cf. *Ibid.*, pp. 20-21.

⁶⁵ Cf. *Ibid.*, p. 21.

⁶⁶ Cf. *Ibid.*

⁶⁷ ABRANCHES, Joaquim dos Santos – *Fontes do Direito Ecclesiastico Portuguez: I Summa do Bullario Portuguez*. Coimbra: F. França Amado Editor, 1895, p. 214, nº1558.

⁶⁸ Cf. *ALMANACH de Lisboa para o ano de MDCCCLXXXIII*. Lisboa: Offic. Da Academia das Sciencias, 1783, pp. 11-12.

⁶⁹ Cf. *ALMANACH de Lisboa para o ano de MDCCCXIV*. Lisboa: Typog. Da Academia Real das Sciencias, parte 1ª, p. 76.

ao título de que era agora detentor ⁷⁰, tomando nessa data igualmente posse dos referidos “empregos” ⁷¹.

Entretanto o arcebispo de Lacedemónia assumia novas responsabilidades. Por carta régia de 10 de Janeiro de 1781 passava a integrar o Conselho de Sua Majestade, que lhe fez mercê desse “título” ⁷² e, por real decreto datado de 24 de Março do mesmo ano, era nomeado deputado ordinário da Real Mesa Censória ⁷³. Esta instituição, criada por alvará de 5 de Abril, remontava a 1768, encontrando-se sob a influência directa do Estado, para praticar a censura dos livros e publicações que se tencionassem publicar ou difundir em Portugal ⁷⁴. Até esse momento o exercício de examinar, vigiar e proibir aquilo que pudesse vir a circular para ser objecto de leitura estava a cargo sobretudo da Inquisição, ainda que as publicações tivessem de obter a aprovação simultânea do Desembargo do Paço e do ordinário ⁷⁵. Com o Iluminismo seculariza-se a censura, embora se entendesse ser essencial a permanência de elementos com votos religiosos que desempenhavam o seu cargo dentro de uma entidade estadual e portanto sujeitos às respectivas normas ⁷⁶. A referida lei de 5 de Abril estipulava que a Real Mesa Censória seria composta por um presidente, sete deputados ordinários “sendo sempre um deles Inquisidor da Mesa do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa, proposto anualmente pelo Inquisidor Geral; outro o Vigário Geral do Patriarcado de Lisboa, ou na sua falta, o Dezembargador mais antigo do mesmo Patriarcado” ⁷⁷. Além destes deputados seriam nomeados os extraordinários. De resto, coube ao rei especificar o perfil daqueles que tinham como missão fazer o exame e reprovação dos livros e papéis que se achassem já introduzidos ou que pudessem vir a ser divulgados, ao dizer que: “os Deputados serão de diferentes profissões, e Estados: A Saber, Theologos, Juristas, e Politicos. Sahirão de modo ordinario das Ordens do Clero Secular, e Regular dos Meus Reinos, e dos Ministros do Meu Conselho, e dos Meus Tribunaes, e Relações. Seraõ pela maior parte Doutores, Lentes, ou Oppozitores ás Cadeiras da Universidade de Coimbra, no numero, que me parecer em cada faculdade; e deverá sempre sahir algum delles do Tribunal da Inquizição, como já se acha por

⁷⁰ Cf. AHP, *Livro do Registo dos Juramentos da Chancelaria Patriarcal*, 1717-1792, (Ms 618), fl. 231v.

⁷¹ Cf. *Ibid.*, fl. 232. Se bem que Maciel Calheiros tivesse sido nomeado provisor e vigário-geral a 1 de Dezembro de 1779, em Maio de 1780 o desembargador Silvério da Silva Rego ainda ocupava interinamente esses cargos. (Cf. *Ibid.*, fl. 231).

⁷² Cf. IAN/TT, *Chancelaria D. Maria I*, Livro 16, fls. 150v-151.

⁷³ Cf. IAN/TT, *Chancelaria D. Maria I*, Livro 18, fls. 127-127v.

⁷⁴ Cf. SERRÃO – *Dicionário de História...*, Vol. IV, p. 276.

⁷⁵ Cf. *Ibid.*

⁷⁶ Cf. *Ibid.*, p. 277.

⁷⁷ Cf. MARQUES, Maria Adelaide Salvador – *A Real Mesa Censória e a Cultura Nacional*. Coimbra: Coimbra Editora, 1963, p. 31.

Mim determinado; outro do Ordinário, como taõbem tenho estabelecido”⁷⁸. Entre outros aspectos, o monarca refere ainda que “Todos elles serão escolhidos, e nomeados por Mim entre os mais doutos das referidas profissoens, e Estados”⁷⁹.

Mas, apesar de na lei de 5 de Abril se definir que seriam eleitos sete deputados, nos decretos vêm dez nomeações para ordinários e outras tantas para extraordinários⁸⁰. Em todo o caso, temos notícia de que, em 1782, estavam em exercício nove deputados ordinários e oito extraordinários⁸¹.

De entre todos, o arcebispo de Lacedemónia tinha o lugar preponderante⁸². Certamente as suas aptidões colocavam-no à altura desse encargo como exigia o *Regimento da Real Mesa Censória*, que no ponto 3 do título 1 estipulava: “Tendo o Prezidente algum impedimento (...) o Deputado, que Servir de Prezidente, tomará logo o primeiro lugar dos Assentos da Mesa, (...)”⁸³. O exercício das funções de presidência seria desempenhado por “(...) hum Varaõ dos mais sabios, e authorizados (...). Para o que concoreração nelle as qualidades de erudito nas Letras Sagradas, e Humanas (...)”. E assim: “possa com as suas luzes dirigir as deliberaçoens da Meza; e ordenar com tanto acerto o exame dos Livros (...)”⁸⁴. Além disso, presidindo com voto de qualidade a todas as conferências da Mesa, competia-lhe ainda convocá-la extraordinariamente⁸⁵.

A Real Mesa, que se encarregava também da reforma do Índice Expurgatório dos Livros e de administrar e dirigir o ensino das escolas menores, foi extinta em 1787, sendo substituída pela Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros⁸⁶. Ora, se o arcebispo de Lacedemónia, como presidente interino daquela instituição⁸⁷, ainda estava destacado para nessa data cumprir funções⁸⁸, o certo é

⁷⁸ Cf. *REGIMENTO da Real Mesa Censória*, s.l., Officina de Miguel Rodrigues, 1768, p. 2.

⁷⁹ Cf. *Ibid.*

⁸⁰ Cf. MARQUES – *A Real Mesa Censória...*, pp. 32-33.

⁸¹ Cf. *ALMANACH de Lisboa para o ano de MDCCLXXXII*. Lisboa: Officina Patriarcal, pp. 173-174.

⁸² O arcebispo de Lacedemónia, D. António Caetano Maciel Calheiros, servia de Presidente da Real Mesa Censória. (Cf. *Ibid.*, p. 173).

⁸³ Cf. *REGIMENTO da Real Mesa...*, p. 2.

⁸⁴ Cf. *Ibid.*, p. 1.

⁸⁵ Cf. *Ibid.*

⁸⁶ Cf. SERRÃO – *Dicionário de História...*, Vol. IV, p. 277.

⁸⁷ Embora o Arcebispo servisse de Presidente da Real Mesa Censória, o cabeçalho dos documentos, por si emitidos, registam-no apenas como Deputado da Real Mesa Censória, cargo para o qual tinha sido nomeado. (Cf. por exemplo para o mês de Março de 1787 – AHP, Ms 298, fl. 112).

⁸⁸ Cf. *ALMANACH para o ano de MDCCLXXXVII*. Lisboa: Off. da Academia Real das Sciencias, p. 103.

que não fazia parte do corpo que integraria o novo organismo ⁸⁹, implantado em Junho do referido ano.

Por esta data o vigário-geral do Patriarcado, que já acumulava no seu currículo tarefas tão variadas, residia numa casa da Rua do Salitre, tendo ido ocupá-la se não em 1785, pelo menos em 1786, como refere o Almanaque para esse ano ⁹⁰. Este espaço residencial teve vários ocupantes, através das épocas.

Na verdade, na primeira metade do século XVIII, havia uma moradia que, entre arvoredos e jardins, fazia parte da grande cerca dos jesuítas da Cotovia e integrava o chamado hospício da Legacia, que no tempo do Marquês de Pombal transitara da Companhia de Jesus para a posse do Colégio dos Nobres ⁹¹. Temos notícia de que nos anos 90 D. António Caetano pagava pelo usufruto dessa casa a quantia de 70\$000 reis por semestre ⁹². O prelado parecia manifestar interesse pela habitação. Com o intuito de permanecer no prédio e desejando apossar-se dele começa por comprar o “verde” circundante ⁹³ e no dia 13 de Março de 1798 adquire por fim àquela instituição de ensino as casas que eram contíguas ⁹⁴. Viriam a ter os números 39 e 40 e do conjunto fazia parte ainda o nº 16 da Travessa das Vacas ⁹⁵. Pelo património pagava a décima anualmente, o que cumpriu até 1819 ⁹⁶. E embora ainda aí vivesse no princípio do ano seguinte, a contribuição sobre o imóvel será após a sua morte feita pelo herdeiro ⁹⁷.

De facto, se foi no Salitre que investiu e aí permaneceu até ao termo da sua vida ⁹⁸, ocorre agora perguntar onde se situava a casa que habitou nos primeiros tempos de Lisboa? Através dos livros da Superintendência daquele imposto foi

⁸⁹ Cf. *ALMANACH, para o ano de MDCCLXXXVIII*. Lisboa: Off. da Academia Real das Sciencias, p. 102.

⁹⁰ Cf. *ALMANACH para o ano de MDCCLXXXVI*. Lisboa: Off. da Academia Real das Sciencias, p. 112.

⁹¹ Cf. SEQUEIRA – *Depois do Terramoto...*, pp. 316-318.

⁹² Cf. IAN/TT, *Colégio dos Nobres*, Livro 12, fl. 29.

⁹³ Cf. *Ibid.*

⁹⁴ Cf. *Ibid.*, fl. 113.

⁹⁵ Cf. Arquivo Histórico do Tribunal de Contas (usaremos a partir de agora as iniciais AHTC), *Décima da Cidade, Livro do Arruamento da Décima da Freguesia de S. José*: 1814, (DC 565 AR), fls. 134-134v.

⁹⁶ Cf. AHTC, *Décima da Cidade, Livro para a Receita da Décima dos Prédios da Freguesia de S. José*: 1819, (DC 566 P), fl. 114v.

⁹⁷ Cf. AHTC, *Décima da Cidade, Livro para a Receita da Décima dos Prédios da Freguesia de S. José*: 1821, (DC 567P), fl. 114v. O herdeiro do arcebispo de Lacedemónia foi o seu sobrinho, Manuel José Calheiros (Cf. IAN/TT, *Registo Geral de Testamentos*, Livro 372, fl. 259v.).

⁹⁸ Após 1820, a casa do Salitre vai ser alugada, pelo herdeiro, a diferentes pessoas, tendo sido uma das inquilinas a marquesa de Alorna, a célebre Alcipe, que aí veio a morrer a 11 de Outubro 1839. (Cf. SEQUEIRA – *Depois do Terramoto...*, pp. 318-319).

possível sabermos que D. António de 1781 a 1784, inclusive, residia na Rua de S. Bento ⁹⁹, mesmo defronte da Travessa Nova. Pelo prédio nobre que ocupava pagava uma renda de 192\$000 reis ¹⁰⁰. A porta tinha o nº 18 e no interior da casa havia naturalmente um oratório no qual se conferiram ordens a vários ordinandos do Patriarcado, isto a partir de Março de 1781 até ao final do Verão desse ano. Assim o afirma o escrivão da Câmara Patriarcal João dos Santos Veloso Azevedo Coutinho, deixando registado que no dia 15 desse mês D. António Caetano Maciel Calheiros conferiu no dito oratório para prima tonsura somente; a 18 conferiu para diáconos e presbíteros; a 27 de Maio para tonsura, diáconos e presbíteros; no dia 9 de Junho administrou ordens menores e todas as maiores; com a data de 15 de Agosto concedeu tonsura e menores; e, por último, no dia 21 de Setembro administrou igualmente menores. ¹⁰¹ Qualquer bispo ou arcebispo só podia conceder ordens, na diocese de Lisboa, na sequência de despachos de Sua Eminência, cujos papéis eram geralmente expedidos pela morada onde residia ¹⁰². Assim, à semelhança de outros prelados diocesanos, D. Fernando de Sousa e Silva, patriarca de 1776 a 1786, ao emitir documentos, quer fossem editais, licenças, provisões, decretos, pastorais, ou outros, acrescentava no fim do seu escrito, “dado na Junqueira” ¹⁰³.

Depois enviava-se a documentação para a Câmara Patriarcal, cujo sistema a fazia cumprir e a registava em livros competentes ¹⁰⁴. Este órgão surgia assim como essencial. Aliás, um bispo, para estar à frente de um território tão amplo e diversificado como o do Patriarcado de Lisboa, havia de se socorrer de uma complexa máquina burocrática que o auxiliasse nesse governo. Para que toda a actividade pastoral e jurisdicional funcionasse eficazmente impunha-se como fundamental pôr em acção mecanismos próprios. E nesse sentido a administração episcopal integrava dois aparelhos ¹⁰⁵. De um lado estava a referida Câmara Patriarcal, onde

⁹⁹ Cf. AHTC, *Décima da Cidade, Livro do Arruamento da Freguesia de Santa Isabel*: 1781, (DC 512 AR), fl. 141; 1782 (DC 513 AR), fl. 118; 1783 (DC 513 AR), fl. 125v; 1784 (DC 514 AR), fl. 122v.

¹⁰⁰ Cf. *Ibid.*

¹⁰¹ Cf. AHP, *Livro das Matrículas das Ordens Particulares, Lisboa: 1779-1781*, (Ms 185), fls. 169v-171; 183v-184; 185-189v; 201; 209v-210v.

¹⁰² Veja-se a nota 103. Na obra de Norberto de Araújo – *Inventário de Lisboa*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, s.d., Vol. 9, p. 52. encontra-se a informação de que o palácio da Junqueira habitado pelos patriarcas de Lisboa foi construído na primeira metade do século XVIII, pelo principal D. José César, irmão do 1º conde de Sabugosa.

¹⁰³ Cf., a título de exemplo, AHP, *Livraria nº 5*, documentos 1 e 2.

¹⁰⁴ Cf. um exemplo, entre outros: AHP, *Registo de Decretos do Patriarca de Lisboa, 1759-1810*, (Ms 403) fl. 132.

¹⁰⁵ Sobre este assunto ver o estudo de PAIVA, José Pedro – *A Administração Diocesana e a Presença da Igreja: o caso da diocese de Coimbra nos séculos XVII e XVIII*. In *Lusitania Sacra*. 2ª série, 3 (1991) 71-110.

se despachavam os assuntos de âmbito “espiritual” e na qual trabalhavam sob a direcção e o olhar atento do provisor, o escrivão da Câmara e vários desembargadores. Era neste sector que se concediam as licenças, muitas delas resultantes de requerimentos que aí chegavam. Eram deferidos pelo bispo ou por quem ele delegasse. Por conseguinte, era nesta secção que se passavam também as cartas de nomeações para funções e cargos. Depois, em coordenação com este aparelho, existia outro: o Auditório ou Tribunal Episcopal, mais conhecido por Cúria Patriarcal ou Relação Eclesiástica, que se responsabilizava pelas disputas e causas profanas que competiam ao foro contencioso. Aí davam entrada documentos que eram publicados na Relação e na Audiência e transcritos nos respectivos livros ¹⁰⁶. Presidido pelo vigário-geral, o instrumento em causa actuava através de um conjunto de ministros que simultaneamente podiam desempenhar funções na Câmara ¹⁰⁷.

Subsistia assim uma proximidade entre os dois aparelhos, que operavam em interligação e em complemento ¹⁰⁸. Na diocese lisbonense, o próprio “emprego” de provisor andava unido ao de vigário-geral e essa centralização dos trabalhos talvez permitisse um resultado tanto mais rápido quanto eficaz de toda a actividade do bispo que estava à cabeça de todo o comando. Logo a 12 de Abril de 1779, portanto uns meses antes de Maciel Calheiros ser nomeado para os cargos que viria a ocupar, o patriarca faz expedir uma provisão pela qual impõe os limites da acção do provisor e vigário-geral ¹⁰⁹. Nela encontra-se definida a ideia de que tudo depende da vontade e decisão do prelado diocesano, ficando a delegação do poder sujeita à mercê do seu arbítrio. Por esse diploma vêem-se restrições antigas entre as quais a de proibir os provisores e vigários-gerais da faculdade de proferir sentenças em matéria contenciosa, permanecendo estes limitados à classe de juízes preparadores do processo ¹¹⁰. E, com a mesma data o patriarca Sousa e Silva emite outro documento no qual expõe sessenta casos, cuja concessão estava reservada apenas ao prelado diocesano, ficando dela excluída a Relação Eclesiástica e o seu vigário, o arcebispo de Lacedemónia ¹¹¹. Se é sob estas condições que Maciel Calheiros inicia a sua carreira administrativa na arquidiocese de Lisboa, vejamos agora alguns exemplos das actividades por si desempenhadas. Ainda não tinha decorrido um ano desde que tomara posse do seu lugar, quando em Setembro de 1781, em virtude do real beneplácito de Sua Majestade, dá despacho para se passar uma provisão e licença de publicação, aprovação e confirmação de um breve

¹⁰⁶ Cf., a título de exemplo, AHP, *Livro 2º do Registo de Decretos, Provisões, Alvarás, Letras, Bulas e Petições do Patriarcado de Lisboa*, 1724-1824, (Ms 346), fl. 194v.

¹⁰⁷ Cf. *ALMANACH de Lisboa para o ano de MDCCLXXXII*, pp. 233-235.

¹⁰⁸ Cf. PAIVA – *A Administração Diocesana...*, p. 82.

¹⁰⁹ Cf. PINTO – *Resposta Á Petição...*, pp. 56-64. (Cf. AHP, *Registo Geral da Câmara Patriarcal...*, Ms 377, fls 152-156v.).

¹¹⁰ Cf. *Ibid.*, p. 24.

¹¹¹ Cf. *Ibid.*, pp. 65-69. (AHP, Ms 377, fls. 156v-159).

de indulgência plenária concedida por Sua Santidade a todos os fiéis cristãos que visitassem a Ermida de Nossa Senhora da Conceição da cidade de Lisboa, no dia da festa da Imaculada Conceição ¹¹². E a 6 de Dezembro do mesmo ano, nas mesmas circunstâncias, procede de igual modo para com um decreto apostólico a favor da Irmandade de Santo André e Almas, a fim de serem privilegiados todos os altares de qualquer igreja em que se celebrassem as missas pelas almas dos seus irmãos defuntos ¹¹³.

Contudo, como atrás ficou dito, o vigário-geral, arcebispo de Lacedemónia, sendo ministro dependente, exercia funções que lhe eram delegadas pelo ordinário da diocese. Entre várias ocorrências, em Abril de 1782 o cardeal-patriarca dá a D. António Maciel Calheiros comissão para nomear vigário encomendado que passasse a paroquiar a igreja de Santa Engrácia ¹¹⁴, já que o prior que lá se encontrava, de avançada idade, demonstrava dificuldade em satisfazer deveres e ofícios paroquiais. Passados dias atribui-lhe outra incumbência: ordena-lhe que proceda contra um religioso que se achava preso no Aljube, em resultado das culpas que lhe tinham sido atribuídas numa devassa ¹¹⁵. Logo no princípio do mês seguinte eram-lhe dadas indicações para que agisse sobre aqueles que tinham ficado compreendidos na visita a Santarém ¹¹⁶. Estes mandatos, que se traduziam por assim dizer na distribuição de tarefas pontuais, vinham no sentido de não sobrecarregar tanto as responsabilidades do prelado diocesano. Como regra, o ordinário próprio só escolhia e nomeava para cargos altos da hierarquia administrativa pessoas que lhe merecessem crédito. Maciel Calheiros, como seu coadjutor, era um homem da sua inteira confiança, a quem provavelmente gostaria de recompensar. Assim, a 30 de Abril de 1783 o cardeal-patriarca confere-lhe um lugar que oferecia honra e provento: apresenta-o num benefício simples na igreja paroquial de S. Jorge da cidade de Lisboa para ser seguidamente colado ¹¹⁷. Entretanto, ao longo de todo o governo do cardeal Sousa e Silva, muitas delegações lhe foram apresentadas. É o caso de no dia 11 de Setembro de 1784 ter sido encarregado de proceder à eleição da abadessa do Convento de Nossa Senhora da Conceição da Luz em Arroios ¹¹⁸. E ainda a título de curiosidade, já no ano seguinte, o patriarca pedia a D. António Maciel Calheiros para nomear sacerdote idóneo que exercesse o ministério paroquial de S. João da Praça, porque o prior da dita freguesia se tinha ausentado, sem ter deixado quem o substituisse ¹¹⁹.

¹¹² Cf. AHP, *Decretos, Provisões e Pastorais...*, 24 de Setembro de 1781.

¹¹³ Cf. *Ibid.*, 6 de Dezembro de 1781.

¹¹⁴ Cf. AHP, *Registo de Decretos...*, (Ms 403), fl. 130.

¹¹⁵ Cf. *Ibid.*

¹¹⁶ Cf. *Ibid.*, fl. 131.

¹¹⁷ Cf. *Ibid.*, fl. 137.

¹¹⁸ Cf. *Ibid.*, fl. 145v.

¹¹⁹ Cf. *Ibid.*, fl. 149v.

Em suma, se os cargos ligados à administração episcopal podiam ser ocupados por pessoas diferentes consoante a mudança do metropolitano, isso não veio a acontecer com Maciel Calheiros.

A 11 de Abril de 1786 falecia o cardeal-patriarca D. Fernando ¹²⁰ e no dia 10 de Agosto do mesmo ano o patriarca eleito, vigário-capitular nomeado pelo “Excelentíssimo” colégio sede vacante, expediu uma provisão elegendo o arcebispo de Lacedemónia para o cargo de vigário-geral com a mesma jurisdição, prerrogativas, liberdades e restrições que tinha tido em vida do cardeal Sousa e Silva, bem como durante o governo do cabido patriarcal. ¹²¹ E, logo no ano seguinte, a 10 de Janeiro, o patriarca D. José de Mendonça via-se obrigado a designar D. António Maciel Calheiros para o substituir temporariamente ¹²². A situação de doença em que se encontrava e o estado de prostração que sentia constituíam verdadeiros entraves para prosseguir à frente da diocese. Assim, assumindo o exercício de jurisdição sem reserva alguma, o arcebispo de Lacedemónia tinha de despachar todos os papéis, negócios e requerimentos da competência do prelado diocesano enquanto durasse o impedimento daquele ¹²³.

Entretanto, em Abril, o patriarca Mendonça, já em plenas funções, dá-lhe comissão para suspender um determinado clérigo do ministério de confessar ¹²⁴, ficando aqui este registo, somente, como mais um exemplo dos muitos que poderíamos citar.

Todos os factos já mencionados permitem, portanto, concluir que, este coadjutor era um apoio visível para o metropolitano, sendo o seu trabalho devidamente apreciado. A carta pastoral de D. José de Mendonça, já cardeal, datada de 2 de Fevereiro de 1789 bem o revela, ao confirmar D. António nos seus cargos. E a esse propósito refere: “(...) A sua probidade, e literatura, bem conhecida de todos, e o zelo, e fadiga, com que tem exercitado a jurisdição, de que goza, nos induz com muito gosto a conferir-lha novamente, em hum e outro foro; esperando com razão, que continuaremos a ter na sua benemerita, e sagrada pessoa, quem nos alivie do pezo que nos opprime (...)”¹²⁵.

Além deste testemunho, Lima Bezerra fala-nos da competência de D. António Maciel Calheiros, quando diz: “(...) Serve de guia a todos os seus Compatriotas, para se distinguirem, como elle, na carreira das Sciencias, no zelo do Bem Publico, no Serviço da Igreja, e do Estado, e na pratica das virtudes Morais, e Civis” ¹²⁶.

¹²⁰ Cf. AHP, *livro 2º do Registo de Decretos, Provisões...*, (Ms 346), fl. 158v. Temos notícia de que a 10 de Abril desse ano ainda emitiu um decreto. (Cf. PINTO, *Resposta Á Petição...*, pp. 70-71).

¹²¹ Cf. PINTO, *Resposta Á Petição...*, pp. 73-75.

¹²² Cf. AHP, *Livro de Decretos do Patriarca...*, (Ms 403), fls. 159v-160.

¹²³ Cf. *Ibid.*

¹²⁴ Cf. AHP, *Decretos, Provisões e Pastorais...*, 2 de Abril de 1787.

¹²⁵ AHP, *Livraria nº 7*, Doc. nº 22..., fl. 7.

¹²⁶ Cf. BEZERRA – *Os Estrangeiros no Lima*, p. 135.

E fundamenta o elogio ao justificar mais à frente, "(...) deo, e está dando provas as mais decisivas da sciencia, zelo, e talentos de que he dotado" ¹²⁷. Dir-se-ia mesmo que o Auditório Eclesiástico tinha por presidente uma pessoa de valor.

As boas condições de funcionamento da instituição e o prestígio que, de certa forma daí resultava, constituíam preocupações seguramente partilhadas pelo patriarca e pelo seu colaborador. A demonstrá-lo temos a missão que Maciel Calheiros recebe a partir de Outubro de 1797. Nessa altura a Cúria e a Câmara Patriarcal encontravam-se instaladas numas casas ¹²⁸ consideradas quase em estado de degradação ¹²⁹, com manifesta incapacidade para conter os dois aparelhos burocráticos da diocese lisbonense. Faltava-lhes as indispensáveis acomodações ao exercício das respectivas funções. E com o intuito de resolver a situação, o patriarca concede licença ao arcebispo de Lacedemónia para fazer transferir esses órgãos para outro local mais capaz e acrescenta que se devem efectuar as diligências necessárias a fim de que o antigo dossel fosse igualmente substituído por um novo, porquanto aquele não tinha conserto pelo mau estado de conservação a que tinha chegado ¹³⁰.

O arcebispo de Lacedemónia que logo na década de oitenta tomou o lugar do ordinário próprio, entregando-se aos seus imensos afazeres, volta mais tarde a estar à frente da administração episcopal, pelas razões que passamos a explicar. Aqueles que trabalhavam na Cúria Patriarcal, os vigários-gerais da vara e os oficiais de todo o Patriarcado, cessavam sempre as suas funções em todas as vacaturas. O que significava que, ao vagar a Igreja Patriarcal, a jurisdição ordinária recaía no respectivo colégio, pelo que era esta corporação que nomeava e confirmava os ministros nos seus lugares. Este acto administrativo era depois repetido pelo vigário-capitular e pelo novo patriarca, ao assumirem o governo da diocese.

Na noite do dia 11 de Fevereiro de 1808 falecia o Cardeal Mendonça ¹³¹. E logo o "Excelentíssimo" colégio se prontificou a dar autorização para que o arcebispo de Lacedemónia, assim como os restantes elementos continuassem no exercício do seu "emprego" ¹³². Convém não esquecer que a partir de então se abriu uma nova etapa na História administrativa e institucional da Igreja de Lisboa, iniciando-se um período em que o mando da Diocese iria ser assumido por vigários-capitulares. A Sé, sem bispo próprio, subsistiria vacante até 1818, como aliás nos demonstra o catálogo dos metropolitas de Lisboa. Maciel Calheiros, durante todo

¹²⁷ Cf. *Ibid.* p. 136.

¹²⁸ Em 1794 as referidas casas situavam-se em S. Roque. (Cf. *ALMANACH para o ano de MDCCXCIV*. Lisboa: Off. Academia Real das Sciencias, p. 261). É provável que a Cúria e a Câmara Patriarcal ainda aí se mantivessem no ano de 1797.

¹²⁹ Cf. AHP, *Livro de Decretos...*, (Ms 403), fls. 251-251v.

¹³⁰ Cf. *Ibid.*

¹³¹ Cf. AHP, *Livro 2º do Registo de Decretos...*, (Ms 346), fl. 187v.

¹³² Cf. PINTO – *Resposta Á Petição...*, pp. 75-77.

esse tempo, manteve-se no seu cargo executando o trabalho de vigário-geral, a não ser quando lhe foi ampliada a jurisdição, chegando mesmo a comandar os destinos da diocese. Dir-se-ia terem sido situações excepcionais. Por exemplo, a 7 de Abril de 1814 ficou encarregado de cuidar de todo o despacho e expediente dos negócios do Patriarcado e deferir aos “requerimentos das Partes”, devido à grave doença de que foi vítima o vigário-capitular D. António de S. José, vindo a falecer poucos dias depois ¹³³. Ainda em 1817, o cabido, evocando a ausência dos “Excelentísimos” principais, concede a D. António Maciel Calheiros o poder de ter nas mãos o governo do bispado ¹³⁴. E enquanto Sua Majestade não se dignasse nomear prelado, era conferida ao arcebispo de Lacedemónia interinamente toda a jurisdição ordinária. O colégio dos principais reservava somente para si a administração das rendas da Mitra, e o governo e regimento da Igreja Patriarcal e da Basílica de Santa Maria. A título de curiosidade, refira-se que, já com funções alargadas, D. António Calheiros fez expedir uma provisão datada de 28 de Fevereiro de 1818, em que declarava a obrigação de se celebrar o Santo Sacrifício da Missa publicamente nas igrejas do Patriarcado em Quinta-Feira de Endoenças desse ano, por ser dia de S. José ¹³⁵.

Todavia, o acréscimo das responsabilidades constituía já um verdadeiro peso para quem estava a caminho de completar 84 anos. A avançada idade e as moléstias de que sofria impossibilitavam D. António de continuar a exercer as tarefas que o cabido nele tinha delegado. Assim, a 13 de Junho do mesmo ano, o colégio reassumia todo o poder ¹³⁶. Quanto ao expediente do vigário-geral e provisor, ficaria dele incumbido o desembargador mais antigo, conservando o arcebispo de Lacedemónia, no entanto, os ordenados e regalias próprios dos referidos empregos ¹³⁷. Por seu lado o rei, tomando logo conhecimento do ocorrido, em carta de 28 de Agosto dirigida ao cabido, traçava o futuro próximo da administração da diocese ¹³⁸. Nela dava-lhe a informação de que tinha nomeado o principal primário Carlos da Cunha para patriarca e ordenava-lhe que o constituísse vigário-capitular, sem reserva alguma e plena administração das rendas. De facto, foi eleito para o dito cargo por provisão de 29 de Novembro de 1818 ¹³⁹ e no dia 1 de Dezembro D. Carlos da Cunha voltava a confirmar e nomear para seu vigário o

¹³³ Cf. AHP, Livro de *Registo de todos os Avisos, Cartas e Procurações do Patriarcado de Lisboa, 1759-1814*, (Ms 314), fls. 188-188v.

¹³⁴ Cf. PINTO – *Resposta Á Petição...*, pp. 86-87. (Cf. AHP, Livro 2º do *Registo de Decretos...*, Ms 346, fls. 189v-190v).

¹³⁵ Cf. AHP, *Decretos, Provisões, Pastorais...*, 28 de Fevereiro de 1818.

¹³⁶ Cf. PINTO – *Resposta Á Petição...*, pp. 88-90.

¹³⁷ Cf. *Ibid.*, p. 89.

¹³⁸ Cf. Biblioteca Pública Municipal do Porto, *Carta Regia para o Collegio Patriarchal nomear Vigario Capitular o Patriarca Eleito*, Ms 1257, nº 55.

¹³⁹ Cf. PINTO – *Resposta Á Petição...*, pp. 90-91. (Cf. AHP, Livro 2º do *Registo...*, Ms 346, fls. 192v -193).

“Excelentíssimo” arcebispo de Lacedemónia ¹⁴⁰. Logo a 23 de Janeiro do ano seguinte, o novo patriarca divulgava o conteúdo da carta, que o arcebispo lhe tinha enviado a expor as razões que fundamentavam o seu pedido de demissão ¹⁴¹. E, por isso, com essa mesma data o futuro cardeal-patriarca Cunha elegia interinamente para aquela função o desembargador mais antigo, tal como o tinha feito o cabido.

Com problemas de saúde, Maciel Calheiros acolheu-se, por fim, na sua residência no Salitre, onde veio a falecer a 8 de Fevereiro de 1820, sendo-lhe dada sepultura no dia imediato, na Igreja de S. Bento dos Monges Beneditinos ¹⁴². Ficava deste modo cumprido o seu desejo, determinado em disposição testamentária ¹⁴³. Como freire de Avis quis, certamente, que o seu corpo ficasse a descansar no Mosteiro de Lisboa, cujo Patrono S. Bento era o mesmo da Ordem a que pertencia.

Conclusão

Finalizado este trabalho poder-se-á dizer que D. António Caetano Maciel Calheiros, com larga notoriedade na sua época, reclama hoje ser mais conhecido. Procurámos responder a uma exigência que nos é imposta pela própria História, ao erguermos de entre os mortos aquele que foi vigário-geral durante quase 40 anos, seguindo os seus passos “escondidos” entre os papéis dos arquivos.

Procedemos exclusivamente ao levantamento de dados com a finalidade de desenterrar essa figura da História da Igreja, esquecida no silêncio quase sepulcral, por mais de século e meio.

E com a documentação, a que outros não tiveram acesso, tentámos fazer uma síntese muito breve da sua vida, evocando as diferentes épocas passadas em diversas cidades. Como pano de fundo, abordámos as instituições que frequentou e serviu, para assim se enquadrar melhor a sua acção, que só pode ser entendida no seu tempo e no seu meio.

A contextualização e a devida interpretação dos factos, que obriga a um estudo mais enraizado, serão deixadas para mais tarde. De facto, todo o enquadramento do tema, a influência que os prelados tinham, o poder que exerciam ou o lugar que lhes estava destinado na sociedade do Antigo Regime ficou por tratar.

Por outro lado, a iniciativa de reunir, através da investigação, dados biográficos relativos aos que trabalharam na Cúria Patriarcal, dever-se-á repetir, porquanto existem muitas outras personagens que no passado aí desempenharam funções e, por conseguinte, merecem igualmente ser estudadas. É um dever que nos cabe, o de fazer reviver as memórias de antanho, sobretudo as que dizem respeito à diocese de Lisboa, à qual pertencemos.

¹⁴⁰ Cf. AHP, *Livro 2º do Registo...*, (Ms 346), fls. 194-195.

¹⁴¹ Cf. *Ibid.*, fls. 195-195v.

¹⁴² Cf. IAN/TT, *Registos Paroquiais de Lisboa, Coração de Jesus, Óbitos*, Livro 2, caixa 12, fl. 132v.

¹⁴³ Cf. IAN/TT, *Registo Geral de Testamentos*, Livro 372, fl. 259.